ISSN: 2358-8829

PROTOCOLO PEDAGÓGICO DO ATENDIMENTO EDUCACIONAL ESPECIALIZADO: ORGANIZAÇÃO DO FLUXO DE ATENDIMENTO INCLUSIVO EM UMA ESCOLA PÚBLICA DO AMAPÁ

Josilania Feitosa da Silva[1]
Adriana de Fátima da Cruz Carvalho[2]
Edcarlos Vasconcelos da Silva[3]

INTRODUÇÃO

A inclusão escolar se concretiza nas condições que permitem ao estudante participar das atividades, aprender e construir relações no cotidiano da escola. Para isso, a matrícula precisa ser acompanhada de planejamento, recursos de acessibilidade e práticas pedagógicas que reconheçam diferentes formas de comunicação, participação e aprendizagem. Esse compromisso envolve toda a comunidade escolar e exige articulação entre os profissionais que acompanham o estudante.

Nesse contexto, o Atendimento Educacional Especializado (AEE) tem uma função importante na identificação de barreiras e na organização de recursos e estratégias que favoreçam a escolarização dos estudantes público da educação especial. Seu trabalho se articula ao ensino desenvolvido na sala comum, preservando as atribuições de cada profissional e a responsabilidade compartilhada pela inclusão.

Na Escola Municipal de Ensino Fundamental Amapá, localizada em Macapá, estado do Amapá, a necessidade de organizar essa relação motivou a elaboração de um protocolo pedagógico de atendimento. A experiência teve início em 2025, a partir das necessidades identificadas nos atendimentos do AEE e na comunicação com os professores da sala regular.

As observações e os registros dos atendimentos indicavam a importância de reunir informações sobre os estudantes de maneira organizada, acessível aos profissionais envolvidos e útil ao planejamento. Também havia a preocupação de evitar que diferentes fichas solicitassem repetidamente os mesmos dados, tornando o preenchimento extenso e dificultando a identificação das informações relevantes.

[1] Mestra em Educação Inclusiva pelo PROFEI/UNIFAP. Professora do Atendimento Educacional Especializado da rede municipal de Macapá. E-mail: josilania.feitosa.unifap.t4@gmail.com.
[2] Licenciada em Ciências Biológicas pela UNIFAP. Especialista em Gestão, Supervisão e Orientação Educacional. Professora da rede estadual do Amapá. E-mail: dickfcc@gmail.com.
[3] Professor orientador. Doutor em Saúde Pública pela FIOCRUZ. Licenciado em Matemática pela UNIFAP. Professor da Universidade Federal do Amapá. E-mail: edcarlos.vasconcellos@unifap.br.

ISSN: 2358-8829

O objetivo deste trabalho é apresentar a organização do protocolo institucional de atendimento do AEE da Escola Municipal de Ensino Fundamental Amapá, explicitando seu processo de elaboração, os instrumentos que o compõem e suas contribuições para a sistematização do acompanhamento pedagógico dos estudantes dos anos iniciais do Ensino Fundamental.

O trabalho adota abordagem qualitativa e caráter descritivo, constituindo um relato de experiência fundamentado na prática profissional. A discussão concentra-se na organização do fluxo e na finalidade pedagógica dos registros.

A experiência evidencia que a sistematização do atendimento pode tornar mais clara a relação entre as informações coletadas, os apoios planejados e as responsabilidades dos profissionais. Ao mesmo tempo, aponta que o valor de um protocolo depende de seu uso no cotidiano: preencher fichas precisa contribuir para compreender o estudante e transformar essa compreensão em ações pedagógicas.

METODOLOGIA

O trabalho caracteriza-se como um relato de experiência de abordagem qualitativa e natureza descritiva, desenvolvido a partir da organização das práticas do AEE da Escola Municipal de Ensino Fundamental Amapá, em Macapá.

O recorte apresentado corresponde à elaboração do protocolo iniciada em 2025 e aos aperfeiçoamentos posteriores de seus instrumentos. O contexto de referência é o atendimento aos estudantes público da educação especial matriculados nos anos iniciais do Ensino Fundamental. Embora tenham sido desenvolvidas posteriormente versões de instrumentos para outras etapas e modalidades, sua utilização nesses contextos não constitui objeto de análise deste trabalho.

O protocolo foi elaborado pela primeira autora, com orientação de Edcarlos Vasconcelos da Silva e participação de Adriana de Fátima da Cruz Carvalho como coautora.

Foram utilizadas quatro fontes de informação: observações dos atendimentos no AEE; registros pedagógicos produzidos durante o acompanhamento; conversas com professores; e questionários aplicados aos docentes da escola. Os questionários foram respondidos em reunião por 20 professores da sala comum e duas professoras do AEE, totalizando 22 participantes.

As observações e os registros contribuíram para identificar quais informações eram necessárias ao acompanhamento pedagógico e como poderiam ser organizadas. As conversas e os questionários integraram o levantamento das demandas relacionadas ao atendimento e à comunicação entre os profissionais.

ISSN: 2358-8829

O percurso de construção envolveu três movimentos articulados. O primeiro correspondeu ao levantamento das necessidades encontradas na prática. O segundo consistiu na organização das etapas do atendimento e na definição da finalidade de cada instrumento. O terceiro envolveu a revisão das fichas, buscando linguagem simples, espaço adequado para preenchimento e redução da repetição de informações.

A sistematização descritiva foi organizada em três eixos: organização do fluxo de atendimento; articulação entre os instrumentos; e comunicação entre o AEE e a sala comum. Esses eixos orientam a apresentação e a discussão da experiência.

Na apresentação da experiência, não são divulgados nomes, diagnósticos individuais, imagens ou informações que permitam identificar estudantes. A descrição se concentra nos procedimentos e na estrutura dos instrumentos.

REFERENCIAL TEÓRICO

Educação inclusiva e organização do trabalho pedagógico

A educação inclusiva exige que a escola examine as condições de acesso ao conhecimento e as barreiras presentes em suas práticas. Conhecer as características do estudante é parte desse processo, mas também é necessário observar como as atividades são propostas, quais formas de resposta são aceitas e que recursos estão disponíveis.

Camargo (2017) contribui para essa reflexão ao discutir as relações entre inclusão social, educação inclusiva e educação especial. A distinção entre esses campos ajuda a compreender que a inclusão envolve a organização da escola e das oportunidades de participação, ultrapassando a oferta de um atendimento específico.

Assim, as dificuldades encontradas pelo estudante precisam ser analisadas em relação às situações em que ocorrem. Uma atividade pode exigir leitura autônoma quando ainda são necessários apoios para compreender o enunciado. Uma proposta pode admitir somente resposta escrita, embora o estudante demonstre conhecimentos por meio da fala, de imagens ou de outros recursos. Essas situações mostram por que a avaliação pedagógica precisa considerar a relação entre o estudante, a tarefa e as condições de realização.

O protocolo apresentado neste trabalho se aproxima dessa perspectiva ao organizar registros sobre conhecimentos, possibilidades de participação, barreiras e apoios. Sua finalidade é produzir informações que ajudem os profissionais a planejar intervenções, evitando que o registro se limite à enumeração de dificuldades.

ISSN: 2358-8829

O AEE e sua articulação com a sala comum

O AEE integra o processo de escolarização e precisa manter relação com o ensino desenvolvido na sala comum. O conhecimento produzido durante os atendimentos pode apoiar o planejamento de recursos de acessibilidade e de estratégias que favoreçam a participação do estudante nas atividades da turma.

A reflexão de Baptista (2011) sobre os serviços especializados permite discutir a necessidade de vincular a ação pedagógica da educação especial ao percurso escolar. No contexto deste trabalho, essa vinculação exige que as informações circulem entre os profissionais e possam orientar decisões.

O professor da sala comum acompanha o estudante em atividades curriculares, situações coletivas e diferentes momentos da rotina. O professor do AEE pode aprofundar a observação dos recursos e apoios necessários. A aproximação entre esses conhecimentos amplia as condições de compreender como o estudante participa e aprende.

Vilaronga, Mendes e Zerbato (2016) discutem o trabalho em colaboração como apoio à inclusão escolar. Essa perspectiva contribui para pensar uma comunicação profissional que envolva planejamento e análise conjunta das situações pedagógicas, com responsabilidades definidas.

No protocolo, essa comunicação ganha um registro específico de orientações ao professor da sala comum. O instrumento busca relacionar as necessidades identificadas a sugestões aplicáveis às atividades escolares. Seu uso, entretanto, depende de diálogo: a entrega de uma ficha precisa ser acompanhada de oportunidades para esclarecer, experimentar e revisar as estratégias propostas.

Avaliação pedagógica e identificação dos apoios

A avaliação pedagógica permite conhecer o que o estudante já sabe, as estratégias que utiliza e os apoios de que necessita. Para cumprir essa finalidade, precisa considerar o processo de realização das atividades e as condições em que as respostas são produzidas.

Um registro que informa apenas se o estudante realizou ou deixou de realizar determinada tarefa oferece uma compreensão limitada. Também é relevante descrever se houve leitura do enunciado pelo professor, uso de material concreto, apresentação de imagens, ampliação do tempo ou mediação durante a atividade.

Essas informações permitem diferenciar o desempenho observado em uma condição específica das possibilidades de aprendizagem com apoio. Também tornam o registro mais útil

ISSN: 2358-8829

para outros profissionais, que podem conhecer quais estratégias foram utilizadas e como o estudante respondeu.

A avaliação funcional complementa esse olhar ao abordar situações de comunicação, autonomia, interação e participação. Um estudante pode precisar de apoio para compreender a sequência de uma atividade, comunicar uma escolha ou organizar materiais. A identificação dessas necessidades contribui para o planejamento de condições mais favoráveis à participação escolar.

As discussões de Zerbato e Mendes (2021) sobre o Desenho Universal para a Aprendizagem ajudam a ampliar essa reflexão, ao relacionar a formação docente à construção de práticas inclusivas. No âmbito do protocolo, essa contribuição sustenta a atenção às diferentes possibilidades de apresentação das atividades, envolvimento e expressão dos conhecimentos.

Planejamento e acompanhamento compartilhado

O planejamento ganha consistência quando existe relação entre o que foi observado, o objetivo estabelecido e a estratégia escolhida. Por isso, os instrumentos de avaliação e os planos precisam dialogar.

O PAEE organiza os objetivos e as ações do atendimento especializado. Deve indicar quais barreiras serão enfrentadas, que recursos serão utilizados e como o acompanhamento será realizado. Sua elaboração exige conhecimento do estudante e das atividades que compõem sua escolarização.

O PEI se vincula ao planejamento curricular desenvolvido na sala comum. A colaboração do AEE pode contribuir para definir recursos de acessibilidade, estratégias e formas de avaliação, mantendo a participação do professor da turma nas decisões relacionadas ao currículo.

Souza e Mendes (2017), ao examinarem pesquisas colaborativas em educação especial na perspectiva da inclusão escolar, oferecem elementos para discutir a aproximação entre produção de conhecimento e prática profissional. Essa relação reforça a importância de analisar os instrumentos a partir do uso que os professores fazem deles.

No presente trabalho, a simplicidade das fichas constitui uma escolha pedagógica. Um instrumento precisa conter informações suficientes para orientar o atendimento e, ao mesmo tempo, ser viável na rotina escolar. A redução de repetições busca favorecer essa utilização, preservando a continuidade dos registros.

ISSN: 2358-8829

RESULTADOS E DISCUSSÃO

A organização do protocolo a partir das necessidades da escola

O principal resultado apresentado é a sistematização de um protocolo que relaciona levantamento inicial, avaliação pedagógica, planejamento e acompanhamento. A elaboração partiu de necessidades encontradas no cotidiano do AEE, especialmente quanto à organização das informações e à comunicação com os professores da sala comum.

A experiência também destacou a necessidade de diferenciar informações permanentes, como dados de identificação, de registros que precisam ser atualizados, como estratégias utilizadas, apoios necessários e respostas às intervenções. Essa distinção orientou o aperfeiçoamento das fichas.

Fluxo de atendimento e articulação entre as etapas

O fluxo mantém as etapas apresentadas na proposta inicial: identificação do estudante, anamnese, avaliação diagnóstica pedagógica, avaliação funcional, observação em sala comum, estudo de caso, elaboração do PAEE, orientação aos professores e acompanhamento.

Nos aperfeiçoamentos, algumas dessas etapas passaram a compartilhar o mesmo instrumento. A identificação, a anamnese educacional e o estudo de caso foram articulados em uma ficha integrada. O levantamento inicial pode ser complementado depois das avaliações, sem exigir a repetição de toda a história do estudante.

Quadro 1 – Organização do fluxo de atendimento do AEE

Etapa	Finalidade pedagógica
Identificação, estudo de caso e anamnese educacional	Registrar a demanda inicial e conhecer a trajetória escolar, a rotina, os interesses e as informações relevantes ao atendimento.
Avaliação diagnóstica pedagógica	Identificar conhecimentos, estratégias de aprendizagem e apoios necessários nas atividades escolares.
Avaliação funcional	Observar comunicação, interação, autonomia e participação em situações do cotidiano escolar.
Observação em sala comum	Conhecer a participação nas atividades da turma, as barreiras encontradas e os recursos utilizados.

ISSN: 2358-8829

Etapa	Finalidade pedagógica
Síntese integrada no estudo de caso	Relacionar as informações produzidas e definir prioridades para o planejamento.
Elaboração do PAEE	Estabelecer objetivos, estratégias, recursos e formas de acompanhamento no AEE.
Orientação ao professor e articulação com o PEI	Compartilhar informações e planejar apoios relacionados às atividades curriculares da sala comum.
Acompanhamento e reavaliação	Registrar respostas às intervenções e revisar o planejamento quando necessário.

Fonte: elaboração dos autores.

A sequência oferece uma referência organizacional, mas admite retomadas. Uma necessidade observada durante o acompanhamento pode exigir nova avaliação, diálogo com a família ou revisão do plano. O fluxo, portanto, precisa permanecer aberto às mudanças no percurso do estudante.

As fichas elaboradas e aperfeiçoadas

Estudo de caso e anamnese educacional

A ficha integrada reúne identificação, demanda inicial, trajetória escolar, informações familiares relevantes à escolarização, interesses, potencialidades e apoios já utilizados. A anamnese tem caráter educacional e o estudo de caso é complementado pela síntese das avaliações posteriores, no mesmo instrumento.

Avaliação diagnóstica pedagógica

A ficha de avaliação diagnóstica pedagógica registra conhecimentos em leitura, escrita, matemática e outras aprendizagens pertinentes à trajetória escolar. Contempla a atividade proposta, as estratégias utilizadas pelo estudante e as mediações oferecidas, subsidiando a continuidade do trabalho.

ISSN: 2358-8829

Avaliação funcional

A avaliação funcional descreve situações observáveis de comunicação, interação, autonomia, organização e mobilidade, quando pertinente. Identifica apoios necessários à participação nas atividades escolares, sem produzir diagnóstico clínico.

Observação em sala comum

A ficha de observação em sala comum contempla a atividade, a participação do estudante, as barreiras, os apoios oferecidos e as possibilidades de ajuste. Os registros descrevem o contexto e subsidiam a análise conjunta, evitando julgamentos sobre o estudante ou o professor.

Plano de Atendimento Educacional Especializado

O PAEE reúne prioridades, objetivos, estratégias, recursos, organização dos atendimentos e critérios de acompanhamento. Deve resultar da análise das informações anteriores.

No aperfeiçoamento do protocolo, foram elaboradas versões para creche, pré-escola, anos iniciais e EJA, considerando diferenças entre etapas e modalidades. Neste trabalho, a discussão se concentra na versão destinada aos anos iniciais, correspondente ao contexto da experiência relatada.

Orientação ao professor da sala comum e PEI

A ficha de orientação organiza estratégias e recursos para as atividades curriculares. O PEI semestral registra o planejamento individualizado na sala comum, sob responsabilidade docente, com colaboração do AEE e da equipe pedagógica. O diálogo permite acompanhar as estratégias e realizar ajustes.

Registro do profissional de apoio escolar

A ficha do profissional de apoio escolar registra os apoios oferecidos e as situações observadas na rotina, conforme suas atribuições. As informações são analisadas pela equipe pedagógica, preservando a responsabilidade docente pelo ensino e pela avaliação.

Acompanhamento, reavaliação e parecer pedagógico

A ficha de acompanhamento e reavaliação registra avanços, dificuldades persistentes, estratégias utilizadas e decisões de revisão do PAEE. O parecer pedagógico sintetiza o percurso

ISSN: 2358-8829

para favorecer a continuidade do atendimento, com informações concretas sobre atividades, apoios e respostas do estudante.

Comunicação entre o AEE e a sala comum

A comunicação com o professor da sala regular constituiu uma das necessidades que motivaram a criação do protocolo. A organização dos instrumentos busca facilitar o compartilhamento de informações relevantes e a compreensão das ações planejadas.

Essa contribuição organizacional precisa ser acompanhada de condições institucionais. Tempo para conversa, acesso aos registros pertinentes e participação da coordenação pedagógica influenciam o uso dos instrumentos.

Potencialidades e limites da experiência

A experiência apresenta como potencialidade a construção de um instrumento vinculado às necessidades de uma escola pública de Macapá. O protocolo foi elaborado a partir do atendimento e do diálogo com os docentes, buscando responder a situações concretas da prática.

Os resultados são de natureza descritiva e organizacional. Este relato não apresenta dados comparativos de aprendizagem nem medidas anteriores e posteriores à implementação; portanto, não atribui ao protocolo eficácia causal sobre o desempenho escolar.

A continuidade do trabalho poderá examinar a clareza das fichas, o tempo necessário ao preenchimento, a utilidade das informações e sua relação com as decisões pedagógicas. Esses aspectos podem orientar novos aperfeiçoamentos e verificar se a redução de repetições se mantém no uso cotidiano.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A elaboração do protocolo pedagógico do AEE da Escola Municipal de Ensino Fundamental Amapá partiu de necessidades encontradas nos atendimentos e na comunicação com os professores da sala comum. Iniciada em 2025, a proposta buscou organizar informações e estabelecer uma relação mais clara entre avaliação, planejamento e acompanhamento.

A sistematização articula fichas com finalidades específicas. A integração entre estudo de caso e anamnese permite reunir informações iniciais e acrescentar análises posteriores, reduzindo registros repetidos. Sua utilização exige revisão contínua, planejamento contextualizado e diálogo entre os profissionais.

A continuidade da experiência requer acompanhar como as fichas são utilizadas, quais decisões ajudam a produzir e que ajustes permanecem necessários. Esse movimento permite

preservar o sentido pedagógico do protocolo e sua relação com a participação e a aprendizagem dos estudantes.

Palavras-chave: Educação inclusiva, Atendimento educacional especializado, Protocolo pedagógico, Práticas inclusivas, Educação especial.

AGRADECIMENTOS

Agradecemos à Escola Municipal de Ensino Fundamental Amapá pelo apoio ao desenvolvimento das práticas pedagógicas que possibilitaram a realização deste estudo.

REFERÊNCIAS

BAPTISTA, Claudio Roberto. **Ação pedagógica e educação especial: a sala de recursos como prioridade na oferta de serviços especializados. Revista Brasileira de Educação Especial**, Marília, v. 17, edição especial, p. 59–76, 2011. Disponível em: 19/09/2026 https://www.scielo.br/j/rbee/a/B4mkmTPHqg8HQYsLYxb6tXb/.

CAMARGO, Eder Pires de. **Inclusão social, educação inclusiva e educação especial: enlaces e desenlaces. Ciência & Educação**, Bauru, v. 23, n. 1, p. 1–6, 2017. Disponível em: 10/09/2026 https://www.scielo.br/j/ciedu/a/HN3hD6w466F9LdcZqHhMmVq/.

SOUZA, Christianne Thatiana Ramos de; MENDES, Enicéia Gonçalves. **Revisão sistemática das pesquisas colaborativas em educação especial na perspectiva da inclusão escolar no Brasil. Revista Brasileira de Educação Especial**, Marília, v. 23, n. 2, p. 279–292, 2017. Disponível em: 15/10/2026 https://doi.org/10.1590/S1413-65382317000200009.

VILARONGA, Carla Ariela Rios; MENDES, Enicéia Gonçalves; ZERBATO, Ana Paula**. O trabalho em colaboração para apoio da inclusão escolar: da teoria à prática docente. Interfaces da Educação**, Paranaíba, v. 7, n. 19, p. 66–87, 2016. Disponível em: 14/10/2026 https://doi.org/10.26514/inter.v7i19.1029.

ZERBATO, Ana Paula; MENDES, Enicéia Gonçalves. **O desenho universal para a aprendizagem na formação de professores: da investigação às práticas inclusivas. Educação e Pesquisa**, São Paulo, v. 47, e233730, 2021. Disponível em: 08/10/2026 https://doi.org/10.1590/S1678-4634202147233730.